

A evolução urbana da capital e o futuro próximo

» ALDO PAVIANI

Professor emérito da UnB e geógrafo da Codeplan

As cidades brasileiras evoluíram com os vetores de crescimento histórica, política e socialmente conduzidos. Há núcleos urbanos implantados com planos previamente concebidos, que tiveram precedência em atos e deliberações governamentais, como foi o caso de Belo Horizonte, no fim do século 19; de Goiânia, nos anos 1930; e de Brasília, no fim da década de 1950.

A nova capital, apesar da oposição política, sobretudo a partir do parlamento brasileiro, pôde vencer os obstáculos e ser implantada em meio ao cerrado do Planalto Central. O traço do Plano Piloto de Lucio Costa inovou. Oscar Niemeyer concebeu a estética dos edifícios, com a determinação do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A fama de Brasília, ao longo da construção de seu Plano Piloto, ganhou o mundo e, por ocasião da inauguração, recebeu visitantes ilustres, que enalteceram a obra e seu significado para o Brasil e mesmo para as Américas. Por algum tempo, foi tida como a capital do terceiro milênio, com a glorificação do planejamento urbano.

Mas o planejamento deveria ter sido constantemente avaliado e reformulado, pois suas premissas se fundamentam no controle e na previsão. Ambos não foram sustentados ao longo da evolução urbana. Aventa-se que sucessivos improvisos se constituíram em traiçoeiros antagonistas da atividade planejadora. A prova disso foi a necessidade de ajustar a capital às correntes migratórias e dar abrigo aos trabalhadores recém-chegados com a implantação de Taguatinga, em 1958, fora da bacia do Paranoá.

Em sequência, já nos anos 1960, surgem Gama, Sobradinho e Guará, para dar um teto a operários e funcionários públicos. Davam-se extensões a Planaltina e Brazlândia (núcleos urbanos pré-existent ao DF), criando anexos com o excedente populacional. Por esse tempo, os canteiros de obras ("localidades provisórias") e as "grandes invasões" (favelas existentes ao redor do Núcleo Bandeirante e mesmo as enquistadas no Plano Piloto), foram "erradicadas", como a Vila do IAPI, a Vila Tenório, a Vila Sara Kubitschek e outras, com as quais, a partir dos primórdios de 1970, seus 82 mil habitantes formaram Ceilândia — hoje o maior núcleo habitacional do Distrito Federal.

Assim, os 12.700 habitantes de 1957 chegam aos 2,85 milhões, de acordo com a estimativa do IBGE/2014. A evolução urbana resultou em espaço metropolitano, com os núcleos goianos próximos, que são referidos como Entorno. Nesses 12 municípios, a Codeplan estima que há quase 1,3 milhão de habitantes, mantendo vínculos com Brasília, em termos de trabalho e de procura de serviços inexistentes na periferia metropolitana.

Com isso, quase 4 milhões constituem a Área Metropolitana de Brasília (AMB) que, sem estar formalizada por legislação específica, requer os cuidados do planejamento urbano e regional interestadual. Essa metrópole merece abrigo no Estatuto da Metrópole, em trâmite no Congresso Nacional. Igualmente, deverá constar das agendas dos governantes a serem eleitos

em outubro próximo, pois será imperioso que cuidem da capital e de seu complemento, a periferia metropolitana.

Assim, as 31 regiões administrativas do DF e os 12 municípios vizinhos possuem incontido crescimento e complexa trama de relações internas, sobretudo pelo conteúdo centralizado das atividades e serviços (privados e públicos). No entanto, debates técnico/acadêmicos avaliam ser insustentável o modelo concentrador. Insistem ser urgente a descentralização de atividades, isto é, que os núcleos passem a contar com empregos nos locais de residência, o que reduzirá os deslocamentos diários para o trabalho.

O embrião dessa descentralização é o Centro Administrativo do GDF. Resta saber se o setor privado seguirá a mesma trilha. A descentralização

deverá repercutir em cada um dos 12 municípios da AMB; cujos territórios podem abrigar atividades industriais. Antes, todavia, deverão suprir carências múltiplas em termos educacionais, água tratada, esgotamento sanitário, trem metropolitano, rede hospitalar etc.

Por fim, como o território é receptivo ao planejamento regional e urbano, deve-se criar um ente metropolitano, com a incumbência de olhar o futuro. A metrópole encaminhará a ocupação planejada do território, para que sejam atendidas as aspirações básicas da população. Por isso e a propósito das próximas eleições, é indicado aos eleitos: ou se retoma o planejamento urbano e regional ou a omissão poderá inviabilizar o enorme potencial de desenvolvimento humano e econômico desse aglomerado urbano em franca evolução.

